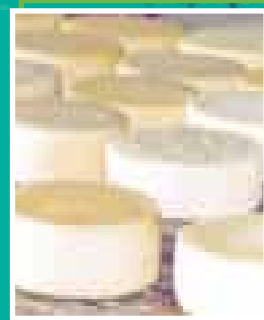


RELATÓRIO ANUAL 2023

*Construindo Juntos:
Cooperação impulsionando resultados.*



SUMÁRIO

06

Mensagem do presidente

08

Nova sede

11

Relatório da administração
31 de dezembro de 2023

17

Círculo Virtuoso

49

Para o Próximo ano

50

Nossas soluções

52

Expô Janaúba 2023

58

Metas

CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR.

COM O SICOOB
NÃO EXISTEM
FRONTEIRAS
PARA BONS
NEGÓCIOS.



TURISMO

Aproveite as vantagens da Transferência Internacional.

— ENVIAR DINHEIRO

Precisa enviar dinheiro para o exterior? Agora você pode enviar pelo App Sicoob de forma fácil, rápida e segura. Você tem a opção de enviar direto para a conta bancária ou, se preferir, dar ai destinatário a possibilidade de sacar em um dos mais 500 mil pontos de atendimento Western Union disponíveis no exterior.

— RECEBER DINHEIRO

Precisa receber dinheiro do exterior? Com o número de identificação da operação internacional da Western Union (MTCN) é possível solicitar o recebimento do dinheiro pelo App Sicoob. Após a solicitação, seu dinheiro é creditado na sua conta do Sicoob Credivag na hora!

— RASTREAR DINHEIRO

E mais! Através do App Sicoob, você consegue rastrear a transferência e saber na hora se o dinheiro está a caminho ou se já está disponível para retirada.

Gostou? Então que tal aproveitar as vantagens dessa parceria?

Para mais informações, entre em contato com sua cooperativa.

sicoob.com.br

Acompanhe as nossas redes sociais



Mais que uma
escolha financeira.



Central de Atendimento - 4000 1111 (capitais e regiões metropolitanas) | 0800 642 0000 (demais localidades) | SAC 24 horas - 0800 724 4420

Ouvidoria - 0800 725 0996 (de segunda a sexta, das 8h às 20h) - ouvidoria@sicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala - 0800 940 0458 (de segunda a sexta, das 8h às 20h)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Júlio César Aguiar Diniz
Presidente

Nilde Antunes R. Lage
Vice Presidente

Conselheiros:

Ailson Mendes Ramos
Álvaro F. dos Anjos
Geraldo P. da Silva
Vicente de Paula P. Silva

DIRETORIA EXECUTIVA

Armando F. L. Nascimento
Diretor Administrativo

Cristiane Souza Silveira
Diretora de Negócios

Fabrcio José Vicente
Diretor de Controles e Riscos

CONSELHO FISCAL – EFETIVO

Adilson Pessoa Lopes
Geraldo Eustáquio Vieira
Maria Elce S. da Silveira

Fernanda K. Freitas Brito
Suplente

RAZÃO SOCIAL

Cooperativa de Crédito
Livre Admissão Ltda –
Sicoob Credivag

ENDEREÇO

Av. Manoel Athayde
Nº 713 – 1º Andar –
São Gonçalo – Janaúba/MG

CONTATOS

0800 105 3000
credivag@sicoobcredivag.com.br
www.sicoob/web/sicoobcredivag
Mídias Sociais: @sicoobcredivag

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Dhessica L. Rodrigues

AGÊNCIAS



Sede Administrativa | Av. Manoel Athayde, 713 – 1º andar –
São Gonçalo, Janaúba/MG – CEP: 39.445-051



Agência Janaúba – Centro | Av. Maurício Augusto de Azevedo, 191 A
Centro, Janaúba/MG – CEP: 39.442-042



Agência Janaúba – São Gonçalo | Av. Manoel Athayde, 713 –
São Gonçalo, Janaúba/MG – CEP 39.445-051



Agência Jaíba | Av. Cel. Moacir José Silva, 514 –
Centro, Jaíba/MG – CEP: 39.508-000



Agência Projeto Jaíba | Rua B, Lote 01 – Quadra 10 –
Comunidade NS-2, Projeto Jaiba – Jaiba/MG- CEP: 39.508-000



Agência Matias Cardoso | Av. Presidente Vargas, 538 –
Centro, Matias Cardoso/MG – CEP: 39.478-000



Agência Verdelândia | Av. Ursino Cardoso, 1004 –
Centro, Verdelândia/MG – CEP: 39.458-000



Agência Nova Porteirinha | Av. Castelo Branco, 160 –
Centro, Nova Porteirinha/MG – CEP: 39.525-000



Agência Porteirinha | R. Pedro Caíres, 271
Centro, Porteirinha/MG – CEP: 39.520-000



Agência Digital | Av. Maurício Augusto de Azevedo, 191 A
Centro, Janaúba/MG – CEP: 39.442-042

O QUE É IMPORTANTE PARA VOCÊ?

PARTICIPE E DEIXE O SICOOB CREDIVAG CADA VEZ MAIS DO SEU JEITO!

Pode ter certeza: ao escolher o Sicoob Credivag, você está fazendo uma excelente opção em produtos e serviços financeiros. Mais que isso, você está contribuindo para a construção de um futuro mais justo e promissor. Um futuro que vai contar com a força da união, da cooperação e da solidariedade.

Para conhecer todos os detalhes dos produtos e serviços e saber mais sobre o cooperativismo, procure sua agência ou acesse www.sicoobcredivag.com.br



MENSAGEM DO PRESIDENTE

“Na essência da cooperação reside o poder transformador que impulsiona resultados, conquistas e desenvolvimento para um futuro promissor.”

O Sicoob Credivag, ao longo de sua história, atingiu posições extremamente relevantes no contexto do sistema cooperativista. Acreditamos firmemente em conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade. Como cooperativa, esse é o nosso papel fundamental na comunidade. Estamos empenhados em garantir que cada cooperado tenha acesso às oportunidades e recursos necessários para alcançar seus objetivos financeiros. Estamos construindo um caminho sólido e promissor, focado na satisfação e no bem estar de nossos cooperados, oferecendo produtos e serviços que não apenas atendam, mas superem suas necessidades financeiras. Acreditamos que através do cooperativismo, podemos construir um mundo melhor e é por isso que trabalhamos incansavelmente para apresentar o cooperativismo financeiro para o maior número de pessoas. Pra nós, isso vai além de transações bancárias; é sobre construir relacionamentos baseados na confiança, solidariedade e prosperidade compartilhada. Nossa missão é promover justiça financeira, garantindo que

cada cooperado tenha acesso às mesmas oportunidades de crescimento.

Registramos uma sobra bruta de R\$ 10.103.597,85 apresentamos uma variação 23,36% em relação a 2022. Os nossos números são motivos de muito orgulho e comprometimento. Destacado o ganho social, que significa a economia média de R\$4.137,91 pelos cooperados que utilizaram nossos produtos e serviços. Além de beneficiar nossos cooperados, este número representa a geração de renda e desenvolvimento para nossa comunidade. Hoje, quero expressar minha profunda gratidão a cada um de vocês, nossos cooperados, suas histórias de sucesso e suas jornadas inspiradoras são força motriz por trás de tudo o que fazemos, e por isso, somos eternamente gratos por sua confiança e lealdade. Aos colaboradores, expresso minha sincera gratidão por seu trabalho árduo e compromisso com nossa missão. Enquanto continuamos nossa jornada, que possamos nos lembrar sempre do poder da união e determinação.

Abraço fraterno!



“Juntos conquistamos mais! Vamos trabalhar em equipe para alcançar nossos objetivos com sucesso.”

Júlio César Aguiar Diniz

Presidente do Conselho de Administração

NOVA SEDE

Além de representar um marco para a crescente atuação da instituição no município e na região, o edifício consolida a história que vem sendo construída ao longo desses anos de cooperação. A nova sede é uma realidade, visto que o Sicoob Credivag cresce de forma perene e sustentável e assim é fundamental uma estrutura que atenda as necessidades deste crescimento. Uma obra moderna, que prioriza o conforto dos cooperados e colaboradores, aderindo aos princípios de sustentabilidade e eficiência. A previsão é que as obras tenham início no primeiro semestre de 2024 com prazo de execução de até 24 meses. O endereço escolhido para a construção é na Av. Manoel Athayde, 770, Bairro São Gonçalo em Janaúba-MG. É importante ressaltar que o último andar no edifício será um amplo auditório, com capacidade para 200 pessoas. Este espaço versátil será utilizado para eventos corporativos e sociais, sendo destinado especialmente a parceiros e cooperados. O prédio foi projetado para utilizar de forma inteligente os recursos naturais. Um dos destaques é a instalação de placas fotovoltaicas. Essa energia limpa e renovável será utilizada para abastecer parte das necessidades do edifício, reduzindo o consumo de energia convencional. A construção da nova sede trará um impacto positivo significativo para



a cidade, reforçando o compromisso do Sicoob Credivag em incentivar e valorizar ainda mais a comunidade local. O Sicoob Credivag é um exemplo de sustentabilidade e inovação. Além disso, contará com um moderno centro de processamento de dados e um sistema de segurança com circuito fechado de TV para monitoramento e alarme. Essas iniciativas mostram o compromisso com a responsabilidade ambiental e social e a busca pela eficiência em seus serviços. O edifício é um exemplo a ser seguido, inspirando outras empresas a adotarem práticas sustentáveis.



9

Onde cada agência é um elo de proximidade, confiança e soluções personalizadas.

NOVA AGÊNCIA EM NOVA PORTEIRINHA

Soluções Financeiras Sob Medidas.



Um marco na história da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Grotuba, foi a noite de 08 de dezembro de 2023, onde foi inaugurada a 8ª agência física na cidade de Nova Porteirinha, pois há 35 anos nascia o Sicoob Credivag naquele município. A abertura de uma agência é sempre motivo de orgulho e sobretudo, de perenidade, pois o Sicoob Credivag, visa o desenvolvimento econômico e social, possibilitando acesso a todos a uma instituição sólida, transparente e com profissionais altamente capacitados. Ao inaugurarmos esta agência estamos oportunizando a sociedade uma inclusão financeira, a qual é essencial para o desenvolvimento econômico e social sustentável, garantindo que as pessoas tenham acesso aos recursos e oportunidades necessários para prosperar e contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa. Destacamos aqui o pioneirismo do Sicoob Credivag, frente ao desenvolvimento econômico regional e, sobretudo, o seu papel social, pois transforma as pessoas e promove melhoria de vida nas comunidades em que atua. O Sicoob Credivag dissemina e exercita esta prática e tem a consciência de que a maior essência do cooperativismo é o fato de ser

Feito de pessoas e para pessoas.

E é este sentimento de coletividade que move todos os colaboradores do Sicoob Credivag no aprimoramento constante de suas habilidades para que o resultado final seja sempre a satisfação daqueles que representam o personagem mais importante nesta história de sucesso, você, nosso cooperado. O Sicoob Credivag, vem consolidando a cada dia, seu papel de agente transformador no desenvolvimento econômico e social, não somente desta cidade, mas também de toda região. Atuando com uma gestão profissional, séria, ética e comprometida com as necessidades de seus associados e as comunidades onde está inserida.

Ao optar por uma instituição financeira cooperativa, os cooperados não apenas têm acesso a serviços de alta qualidade, mas também se tornam parte de uma comunidade financeira baseada em valores de solidariedade e cooperação. Esta nova agência representa mais do que um ponto de serviço; é um símbolo de união, solidariedade e progresso para toda a comunidade de Nova Porteirinha.

Agências Sicoob Credivag ao seu alcance

Em cada uma de nossas agências, estamos comprometidos em oferecer um atendimento próximo e personalizado aos nossos cooperados. Sabemos que cada cooperado possui necessidades únicas e, por isso, buscamos entender suas demandas individualmente, proporcionando soluções financeiras sob medida. Nossas agências vão além de pontos de atendimento pois construímos relacionamentos sólidos com nossos cooperados, baseados na confiança e na transparência. Nossos serviços estão na palma da sua mão, através do Aplicativo

Sicoob, onde você cooperado pode acessar suas contas, realizar transações e obter suporte na qualquer momento e de qualquer lugar. Na Sicoob Credivag, nosso compromisso é estar sempre ao lado dos nossos cooperados, oferecendo o melhor atendimento e as melhores soluções financeiras para ajudá-los a alcançar seus objetivos e construir um futuro financeiro sólido e próspero. Juntos, conquistamos mais prosperidade. Sicoob Credivag é **phygital** combina o físico e o digital para criar uma experiência integrada.

GANHO SOCIAL

2023

Sicoob Credivag

Resultados, economia e crescimento para todos. Isso, sim, é cooperação.

O Ganho Social mostra as economias proporcionadas aos cooperados do Sicoob Credivag, em comparação a valores que seriam desembolsados ou que deixariam de ser recebidos em bancos tradicionais. Em média no ano de 2023, cada cooperado do Sicoob Credivag pôde economizar R\$4.137,91 ao realizar suas operações financeiras e ao utilizar os produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Esse benefício é resultado da filosofia de justiça financeira e cooperação.



R\$ 36.645.357,85
de economia total.



Relatório da Administração

31 de dezembro de 2023

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB CREDIVAG. Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDIVAG é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 87,01% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2023, o SICOOB CREDIVAG registrou o total de 13 (treze) manifestações. Das reclamações, 5 (cinco) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Unidade de Apresentação: reais

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	23,36%	10.103.597,85	8.190.205,46

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	8,57%	11.476	10.570

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Rural	37,73%	23.571.973,03	17.114.450,98
Carteira Comercial	13,47%	78.676.228,50	69.336.965,36
Total	18,27%	102.248.201,53	86.451.416,34

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 23,38% da carteira, no montante de R\$ 24.078.784,41.

Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	5,19%	57.082.448,05	54.266.096,29
Depósitos sob aviso	8,23%	30.522,20	28.202,21
Depósitos a prazo	61,18%	93.840.541,61	58.220.888,59
LCA	30,02%	19.129.436,12	14.712.945,41
Total	33,68%	170.082.947,98	127.228.132,50

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 37,82% da captação, no montante de R\$ 66.817.250,62.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	26,47%	48.115.826,82	38.043.825,94

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Janaúba/MG, 28 de fevereiro de 2024

Conselho de Administração

Júlio César Aguiar Diniz
Presidente

Nilde Antunes R. Lage
Vice-Presidente

Conselheiros:
Ailson Mendes Ramos
Álvaro F. dos Anjos
Geraldo P. da Silva
Vicente de Paula P. Silva

Diretoria Executiva

Armando F. L. Nascimento
Diretor Administrativo

Cristiane Souza Silveira
Diretora de Negócios

Fabício José Vicente
Diretor de Controles e Riscos

CRÉDITO PRA SER DONA

DE UM
SONHO
0 KM



Crédito Pessoal do Sicoob

Dinheiro na conta pra você escolher sua próxima conquista.

Taxas
mais justas

Parcelas que
cabem no seu
orçamento

Ampla portfólio
de soluções
financeiras

Converse com seu gerente e contrate!

Mais que uma
escolha financeira.

SICOOB
Credivag

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO GORUTUBA LTDA
SICOOB CREDIVAG

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Patrimoniais dos Exercícios Findos em Dezembro de 2022 e 2023
Em Reais

ATIVO	Notas	31/12/2023 258.384.148,84	31/12/2022 197.163.054,62
DISPONIBILIDADES	4	2.356.292,45	2.690.320,27
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		258.938.129,98	198.447.727,27
Títulos e Valores Mobiliários	5	6.664.386,08	5.765.220,35
Relações Interfinanceiras	4	146.805.344,68	103.008.771,71
Centralização Financeira		146.805.344,68	103.008.771,71
Operações de Crédito	6	102.248.201,53	86.451.416,34
Outros Ativos Financeiros	7	3.220.197,69	3.222.318,87
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(9.485.956,35)	(9.095.505,15)
(-) Operações de Crédito	6.b	(9.023.885,37)	(8.713.720,80)
(-) Outras	7.1	(462.070,98)	(381.784,35)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	417.200,15	99.959,76
OUTROS ATIVOS	9	467.953,23	805.367,02
IMOBILIZADO DE USO	10	9.086.827,73	7.162.990,21
INTANGÍVEL	11	25.411,02	22.133,12
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	10 e 11	(3.421.709,37)	(2.969.937,88)
TOTAL DO ATIVO		258.384.148,84	197.163.054,62

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		258.384.148,84	197.163.054,62
DEPÓSITOS	12	150.953.511,86	112.515.187,09
Depósitos à Vista		57.082.448,05	54.266.096,29
Depósitos Sob Aviso		30.522,20	28.202,21
Depósitos a Prazo		93.840.541,61	58.220.888,59
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		47.691.714,31	36.353.951,46
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	19.129.436,12	14.712.945,41
Relações Interfinanceiras	14	20.204.013,48	15.149.093,95
Repasses Interfinanceiros		20.204.013,48	15.149.093,95
Outros Passivos Financeiros	15	8.358.264,71	6.491.912,10
PROVISÕES	16	781.033,10	1.057.522,91
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	17	950.088,96	862.165,23
OUTROS PASSIVOS	18	5.881.450,08	4.913.923,58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	52.126.350,53	41.460.304,35
CAPITAL SOCIAL		13.176.388,94	11.599.029,54
RESERVAS DE SOBRAS		37.082.843,72	28.570.824,59
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.867.117,87	1.290.450,22
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		258.384.148,84	197.163.054,62

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

Demonstrações de Sobras ou Perdas dos Exercícios Findos em Dezembro de 2022 e 2023

Em Reais

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		37.472.245,77	31.315.320,99
Operações de Crédito	21	22.339.212,32	20.876.994,22
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	15.133.033,45	10.438.326,77
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22	(16.902.029,12)	(13.805.117,31)
Operações de Captação no Mercado		(12.017.475,05)	(7.768.313,37)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.546.028,66)	(960.952,55)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(3.338.525,41)	(5.075.851,39)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		20.570.216,65	17.510.203,68
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(9.666.286,21)	(8.298.219,94)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	4.663.976,06	2.761.576,23
Rendas de Tarifas	24	3.554.762,73	3.188.679,85
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(9.801.775,75)	(8.490.662,79)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(7.347.493,96)	(6.259.492,10)
Dispêndios e Despesas Tributárias	27	(261.868,89)	(225.245,31)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	2.259.319,71	1.941.765,40
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(2.733.206,11)	(1.214.841,22)
PROVISÕES	30	317.799,10	(81.282,33)
Provisões/Reversões para Contingências		404.430,98	(46.274,12)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(86.631,88)	(35.008,21)
RESULTADO OPERACIONAL		11.221.729,54	9.130.701,41
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	8.375,13	22.053,71
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		11.230.104,67	9.152.755,12
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(446.313,68)	(428.585,26)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(270.055,17)	(255.632,76)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(176.258,51)	(172.952,50)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(680.193,14)	(533.964,40)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		10.103.597,85	8.190.205,46

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



São muitas vantagens na palma da mão:



Educação financeira.

© 2004 by Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 399–406

SICOOB
Credito



Propósito: Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



Visão: Proporcionar a melhor experiência financeira aos nossos cooperados.

O cooperativismo é um modelo econômico e social que desempenha um papel crucial em diversos aspectos da sociedade. Ele atua como protagonista na regulação do mercado financeiro, promovendo um ambiente mais equilibrado e justo para todos os participantes. Além disso, o cooperativismo contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde está presente. Ao oferecer produtos e serviços financeiros adequados às necessidades dos seus membros, as cooperativas desempenham um papel fundamental na inclusão financeira e na promoção da igualdade de oportunidades. Além disso, o cooperativismo é um importante agente na distribuição de recursos e na criação de novas riquezas, ajudando a reduzir as desigualdades econômicas e sociais. Por meio da cooperação e da solidariedade, as cooperativas trabalham para melhorar a qualidade de vida das pessoas, proporcionando benefícios tangíveis em áreas como educação, saúde e infraestrutura.

CÍRCULO VIRTUOSO



Acesse nossas
redes sociais.

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO GORUTUBA LTDA – SICOOB CREDIVAG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO GORUTUBA LTDA. – SICOOB CREDIVAG, doravante denominado **SICOOB CREDIVAG**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **09/05/1988**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O **SICOOB CREDIVAG**, sediado à **AVENIDA ENGENHEIRO MANOEL ATHAIDE, Nº 713, SÃO GONÇALO, JANAÚBA – MG**, possui: 8 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: VERDELÂNDIA – MG, PORTEIRINHA – MG, JAÍBA – MG, JANAÚBA – MG, MATIAS CARDOSO – MG, NOVA PORTEIRINHA – MG e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB CREDIVAG tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **28/02/2024**.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;

iv) **Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023:** define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

Fase 1 – Avaliação (2022): Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 – Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

Requerimentos de classificação: determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPI).

Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais: reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.

Mensuração subsequente: novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.

Reconhecimento e mensuração do produto câmbio: deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.

Perdas esperadas: a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.

Disposições transitórias: serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 – Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme a aplicação do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de junho de 2021), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2022 são reapresentadas abaixo:

O saldo constante na linha de “Reversão/Realização de Fundo” foi reclassificado na Demonstração do Fluxos de Caixa – DFC, em 2022, do grupo de “atividades de financiamentos” para “aumento/redução em passivos operacionais”. O montante envolvido foi de R\$ 261.976,07.

A reapresentação descrita não resultou na modificação do saldo da Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC apurada no exercício findo em 2022.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários

São representados pelas Participações de Cooperativas registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência

passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

q) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar

pelo Banco Central do Brasil. As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

r) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

s) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

u) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

w) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIVAG opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	2.356.292,45	2.690.320,27
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	146.805.344,68	103.008.771,71
TOTAL	149.161.637,13	105.699.091,98

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos da Centralização Financeira	7.908.217,99	15.133.033,45	10.438.326,77

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	6.587.299,08	6.587.299,08	-	5.688.133,35	5.688.133,35
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito (a)	-	77.087,00	77.087,00	-	77.087,00	77.087,00
TOTAL	-	6.664.386,08	6.664.386,08	-	5.765.220,35	5.765.220,35

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	40.986.449,88	23.029.549,44	64.015.999,32	34.100.671,56	18.382.619,71	52.483.291,27
Financiamentos	7.422.342,04	7.237.887,14	14.660.229,18	7.733.086,84	9.120.587,25	16.853.674,09
Financiamentos Rurais	8.858.139,39	14.713.833,64	23.571.973,03	6.604.101,29	10.510.349,69	17.114.450,98
Total de Operações de Crédito	57.266.931,31	44.981.270,22	102.248.201,53	48.437.859,69	38.013.556,65	86.451.416,34
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.352.066,69)	(4.671.818,68)	(9.023.885,37)	(3.680.249,34)	(5.033.471,46)	(8.713.720,80)
TOTAL	52.914.864,62	40.309.451,54	93.224.316,16	44.757.610,35	32.980.085,19	77.737.695,54

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
A 0,5% Normal	23.964.417,39	5.859.361,19	15.471.626,69	45.295.405,27	(226.477,03)	34.577.033,62	(172.885,17)
B 1% Normal	17.587.737,41	4.265.851,35	4.863.384,93	26.716.973,69	(267.169,74)	22.628.509,03	(226.285,09)
B 1% Vencidas	233.556,50	28.465,87	-	262.022,37	(2.620,22)	349.902,23	(3.499,02)
C 3% Normal	10.617.449,21	3.397.693,13	2.549.910,53	16.565.052,87	(496.951,59)	16.640.084,69	(499.202,54)
C 3% Vencidas	300.626,57	185.493,62	132.148,42	618.268,61	(18.548,06)	213.571,57	(6.407,15)

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
D	10%	Normal	1.966.772,57	312.308,94	49.834,55	2.328.916,06	(232.891,61)	2.301.942,96	(230.194,30)
D	10%	Vencidas	348.593,75	15.175,30	-	363.769,05	(36.376,91)	348.306,89	(34.830,69)
E	30%	Normal	846.856,53	185.562,57	79.855,72	1.112.274,82	(333.682,45)	874.630,69	(262.389,21)
E	30%	Vencidas	658.921,28	185.226,11	6.224,33	850.371,72	(255.111,52)	377.417,04	(113.225,11)
F	50%	Normal	810.829,86	12.817,05	142.514,92	966.161,83	(483.080,92)	1.238.164,49	(619.082,25)
F	50%	Vencidas	390.254,97	63.771,29	180.791,37	634.817,63	(317.408,81)	513.161,74	(256.580,87)
G	70%	Normal	166.170,33	21.767,06	20.116,47	208.053,86	(145.637,70)	148.043,40	(103.630,38)
G	70%	Vencidas	376.008,49	17.945,37	-	393.953,86	(275.768,92)	183.797,99	(128.659,02)
H	100%	Normal	3.113.282,54	4.389,12	60.801,99	3.178.473,65	(3.178.473,65)	4.434.100,52	(4.434.100,52)
H	100%	Vencidas	2.634.521,92	104.401,21	14.763,11	2.753.686,24	(2.753.686,24)	1.622.749,48	(1.622.749,48)
Total Normal			59.073.515,84	14.059.750,41	23.238.045,80	96.371.312,05	(5.364.364,69)	82.842.509,40	(6.547.769,46)
Total Vencidos			4.942.483,48	600.478,77	333.927,23	5.876.889,48	(3.659.520,68)	3.608.906,94	(2.165.951,34)
Total Geral			64.015.999,32	14.660.229,18	23.571.973,03	102.248.201,53	(9.023.885,37)	86.451.416,34	(8.713.720,80)
Provisões			(8.036.720,47)	(498.603,91)	(488.560,99)	(9.023.885,37)		(8.713.720,80)	
Total Líquido			55.979.278,85	14.161.625,27	23.083.412,04	93.224.316,16		77.737.695,54	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	22.288.846,76	18.697.603,12	23.029.549,44	64.015.999,32	52.483.291,27
Financiamentos	2.285.057,71	5.137.284,33	7.237.887,14	14.660.229,18	16.853.674,09
Financiamentos Rurais	1.098.920,88	7.759.218,51	14.713.833,64	23.571.973,03	17.114.450,98
TOTAL	25.672.825,35	31.594.105,96	44.981.270,22	102.248.201,53	86.451.416,34

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado - Comércio	13.287.778,53	1.896.282,51	-	14,85%	15.184.061,04	13.515.681,03
Setor Privado - Indústria	526.874,07	-	-	0,52%	526.874,07	145.562,85
Setor Privado - Serviços	14.010.257,71	3.103.412,44	-	16,74%	17.113.670,15	13.923.854,85
Pessoa Física	35.813.594,10	9.660.534,23	22.328.039,07	66,31%	67.802.167,40	57.215.787,98
Outros	377.494,91	-	1.243.933,96	1,59%	1.621.428,87	1.650.529,63
TOTAL	64.015.999,32	14.660.229,18	23.571.973,03	100,00%	102.248.201,53	86.451.416,34

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	8.713.720,80	6.079.049,94
Constituições/ Reversões no período	2.762.542,99	4.577.203,66
Transferência para prejuízo no período	(2.452.378,42)	(1.942.532,80)
Saldo Final	9.023.885,37	8.713.720,80

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	2.823.097,02	2,74%	2.410.203,82	2,76%
10 Maiores Devedores	15.705.884,16	15,25%	14.012.189,92	16,04%
50 Maiores Devedores	38.001.349,57	36,89%	30.494.502,94	34,90%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/23	31/12/22
Saldo inicial	6.472.742,19	8.661.744,19
Valor das operações transferidas no período	2.940.016,92	2.296.528,16
Valor das operações recuperadas no período	(303.196,80)	(2.026.656,62)
Valor das operações renegociadas no período	(1.290.163,88)	(2.420.923,75)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(118.196,00)	(37.949,79)
Saldo Final	7.701.202,43	6.472.742,19

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas no exercício de 2023 totalizaram R\$6.101.223,21.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	610.690,43	-	610.690,43	468.981,31	-	468.981,31
Rendas a Receber (b)	1.679.837,46	-	1.679.837,46	1.341.811,94	-	1.341.811,94
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	276.500,00	-	276.500,00	565.000,00	-	565.000,00
Títulos e Créditos a Receber (d)	299.240,30	-	299.240,30	175.979,75	-	175.979,75
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	353.929,50	353.929,50	-	670.545,87	670.545,87
TOTAL	2.866.268,19	353.929,50	3.220.197,69	2.551.773,00	670.545,87	3.222.318,87

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	10.285,79	-	10.285,79	9.138,93	-	9.138,93
Rendas de Cartões	213.637,96	-	213.637,96	105.280,67	-	105.280,67
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	1.303.800,12	-	1.303.800,12	1.183.664,15	-	1.183.664,15
Rendas de Domicílio Bancário	109.115,88	-	109.115,88	-	-	-
Rendas de Poupança	33.263,56	-	33.263,56	31.023,71	-	31.023,71
Rendas de Transações Interfinanceiras	9.734,15	-	9.734,15	12.704,48	-	12.704,48
TOTAL	1.679.837,46	-	1.679.837,46	1.341.811,94	-	1.341.811,94

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 276.865,04); e Valores A Receber – Aluguel Sipag 2.0 (R\$ 22.375,26).

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pis	-	194.212,46	194.212,46	-	178.728,16	178.728,16
Pis Folha	-	-	-	-	418.514,42	418.514,42
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	90.276,11	90.276,11	-	9.799,97	9.799,97
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	-	69.440,93	69.440,93	-	63.503,32	63.503,32
TOTAL	-	353.929,50	353.929,50	-	670.545,87	670.545,87

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(459.305,98)	-	(459.305,98)	(376.134,35)	-	(376.134,35)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(2.765,00)	-	(2.765,00)	(5.650,00)	-	(5.650,00)
TOTAL	(462.070,98)	-	(462.070,98)	(381.784,35)	-	(381.784,35)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
B	1%	Normal	-	276.500,00	276.500,00	(2.765,00)	565.000,00	(5.650,00)
E	30%	Normal	7.880,60	-	7.880,60	(2.364,18)	-	-
E	30%	Vencidas	156.546,48	-	156.546,48	(46.963,94)	86.932,89	(26.079,87)
F	50%	Vencidas	40.085,51	-	40.085,51	(20.042,81)	36.555,10	(18.277,59)
G	70%	Vencidas	54.142,63	-	54.142,63	(37.899,84)	45.721,44	(32.005,01)
H	100%	Vencidas	352.035,21	-	352.035,21	(352.035,21)	299.771,88	(299.771,88)
Total Normal			7.880,60	276.500,00	284.380,60	(5.129,18)	565.000,00	(5.650,00)
Total Vencidos			602.809,83	-	602.809,83	(456.941,80)	468.981,31	(376.134,35)
Total Geral			610.690,43	276.500,00	887.190,43	(462.070,98)	1.033.981,31	(381.784,35)
Provisões			(459.305,98)	(2.765,00)	(462.070,98)		(381.784,31)	
Total Líquido			151.384,45	273.735,00	425.119,45		652.197,00	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	417.200,15	-	417.200,15	99.959,76	-	99.959,76
TOTAL	417.200,15	-	417.200,15	99.959,76	-	99.959,76

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: Outros impostos e contribuições a compensar (R\$ 417.200,15).

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	7.066,32	-	7.066,32	2.322,91	-	2.322,91
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	112.655,41	-	112.655,41	104.739,01	-	104.739,01
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	37.608,86	-	37.608,86	15.027,46	-	15.027,46
Devedores Diversos – País (a)	107.808,61	-	107.808,61	58.464,93	-	58.464,93
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	-	-	477.830,06	-	477.830,06
Despesas Antecipadas (c)	202.814,03	-	202.814,03	146.982,65	-	146.982,65
TOTAL	467.953,23	-	467.953,23	805.367,02	-	805.367,02

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Proagro - Adicional	34,00	-	34,00	1.834,56	-	1.834,56
Pendências a Regularizar	54.507,96	-	54.507,96	49.087,34	-	49.087,34
Seguros Contratados a Receber	95,34	-	95,34	394,03	-	394,03
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	12.478,13	-	12.478,13	7.049,00	-	7.049,00
Diferença de Caixa	-	-	-	100,00	-	100,00
Estoque de Pontos	17.460,92	-	17.460,92	-	-	-
Pendências Avais	23.232,26	-	23.232,26	-	-	-
TOTAL	107.808,61	-	107.808,61	58.464,93	-	58.464,93

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso(o)		1.297.458,11	95.048,85
Terrenos		1.457.935,48	1.457.935,48
Edificações	4%	541.770,76	541.770,76
Instalações	10%	1.227.888,10	2.004.009,21
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.843.022,41	760.257,37
Sistema de Processamento de Dados	20%	825.359,19	1.190.948,68
Sistema de Segurança	10%	224.737,31	236.530,83
Sistema de Transporte	20%	641.289,14	366.680,86
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.027.367,23	509.808,17
Total de Imobilizado de Uso		9.086.827,73	7.162.990,21
(-) Depreciação Acum. Imóveis de -Uso Edificações		(259.934,85)	(240.184,05)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(684.961,83)	(991.834,57)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.843.456,60)	(1.527.769,26)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(264.429,62)	(199.671,95)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(358.473,76)	(4.228,19)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(3.411.256,66)	(2.963.688,02)
TOTAL		5.675.571,07	4.199.302,19

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	20%	25.411,02	22.133,12
Intangível		25.411,02	22.133,12
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(10.452,71)	(6.249,86)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(10.452,71)	(6.249,86)
TOTAL		14.958,31	15.883,26

12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	57.082.448,05	-	57.082.448,05	54.266.096,29	-	54.266.096,29
Depósito Sob Aviso (b)	30.522,20	-	30.522,20	28.202,21	-	28.202,21
Depósito a Prazo (b)	93.801.800,39	38.741,22	93.840.541,61	58.220.888,59	-	58.220.888,59
TOTAL	150.914.770,64	38.741,22	150.953.511,86	112.515.187,09	-	112.515.187,09

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	8.537.213,43	4,83%	6.415.900,00	4,86%
10 Maiores Depositantes	50.013.885,20	28,30%	37.071.218,86	28,08%
50 Maiores Depositantes	86.083.256,51	48,71%	65.591.202,46	49,68%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.722,15)	(3.440,28)	(3.137,72)
Despesas de Depósitos a Prazo	(5.280.506,70)	(9.847.217,22)	(6.504.351,17)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(977.342,45)	(1.942.613,38)	(1.092.552,87)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(119.524,00)	(224.204,17)	(168.271,61)
TOTAL	(6.379.095,30)	(12.017.475,05)	(7.768.313,37)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	13.026.899,96	6.102.536,16	19.129.436,12	1.441.976,42	13.270.968,99	14.712.945,41
TOTAL	13.026.899,96	6.102.536,16	19.129.436,12	1.441.976,42	13.270.968,99	14.712.945,41

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 12(d) – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	6.220.727,86	13.983.285,62	20.204.013,48	5.721.253,34	9.427.840,61	15.149.093,95
TOTAL	6.220.727,86	13.983.285,62	20.204.013,48	5.721.253,34	9.427.840,61	15.149.093,95

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 8% ao ano, com vencimento até 28/11/2031.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Banco Cooperativo Sicoob S.A Banco Sicoob	(868.962,84)	(1.546.028,66)	(960.952,55)
TOTAL	(868.962,84)	(1.546.028,66)	(960.952,55)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	8.308.549,18	-	8.308.549,18	6.455.321,06	-	6.455.321,06
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	10.566,46	-	10.566,46	-	-	-
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	39.149,07	-	39.149,07	36.591,04	-	36.591,04
TOTAL	8.358.264,71	-	8.358.264,71	6.491.912,10	-	6.491.912,10

a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Convênio de Energia Elétrica e Gás	35.007,07	-	35.007,07	23.031,09	-	23.031,09
Ordens de Pagamento	8.256.489,00	-	8.256.489,00	6.415.900,00	-	6.415.900,00
Cobrança de Terceiros em Trânsito	7.499,06	-	7.499,06	8.069,16	-	8.069,16
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	9.554,05	-	-	8.320,81	-	8.320,81
TOTAL	8.308.549,18	-	8.308.549,18	6.455.321,06	-	6.455.321,06

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	34.200,24	-	34.200,24	34.436,01	-	34.436,01
Municipais	4.255,89	-	4.255,89	993,14	-	993,14
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	692,94	-	692,94	1.161,89	-	1.161,89
TOTAL	39.149,07	-	39.149,07	36.591,04	-	36.591,04

16. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	357.309,12	53.935,47	411.244,59	302.041,49	22.571,22	324.612,71
Provisão Para Contingências (b)	-	369.788,51	369.788,51	-	732.910,20	732.910,20
TOTAL	357.309,12	423.723,98	781.033,10	302.041,49	755.481,42	1.057.522,91

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	15.356.405,20	10.889.468,20
TOTAL	15.356.405,20	10.889.468,20

(b) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	-	194.212,46	-	178.728,16
PIS FOLHA	-	-	-	418.514,42
Trabalhistas	-	90.276,11	-	9.799,97
Outras Contingências	369.788,51	69.440,93	732.910,20	63.503,32
TOTAL	369.788,51	353.929,50	732.910,20	670.545,87

b.1) Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Tributário	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	618.312,10	19.825,83	638.137,93
Constituição da provisão	-	52.338,47	52.338,47
Atualização durante o exercício	42.433,80	-	42.433,80
Saldo em 31 de dezembro de 2022	660.745,90	72.164,30	732.910,20
Constituição da provisão	-	117.962,78	117.962,78
Utilização durante o exercício	-	(61.653,49)	(61.653,49)
Reversão da provisão	(597.242,58)	(22.338,47)	(619.581,05)
Atualização durante o exercício	200.150,07	-	200.150,07
Saldo em 31 de dezembro de 2023	263.653,39	106.135,12	369.788,51

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIVAG, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 109.406,00 (em 2022 totalizando R\$ 98.340,00)**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	446.313,68	-	446.313,68	428.585,25	-	428.585,25
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	35.097,90	-	35.097,90	37.002,14	-	37.002,14
Impostos e Contribuições sobre Salários	356.720,72	-	356.720,72	305.007,73	-	305.007,73
Outros (a)	111.956,66	-	111.956,66	91.570,11	-	91.570,11
TOTAL	950.088,96	-	950.088,96	862.165,23	-	862.165,23

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	94.249,49	-	94.249,49	75.563,91	-	75.563,91
ISSQN a recolher	9.843,34	-	9.843,34	7.772,18	-	7.772,18
PIS faturamento a recolher	1.082,94	-	1.082,94	1.141,23	-	1.141,23
COFINS a recolher	6.780,89	-	6.780,89	7.092,79	-	7.092,79
TOTAL	111.956,66	-	111.956,66	91.570,11	-	91.570,11

18. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	3.420.186,44	-	3.420.186,44	3.215.439,19	-	3.215.439,19
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	685.193,04	-	685.193,04	465.772,23	-	465.772,23
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	1.577.492,91	-	1.577.492,91	1.069.775,20	-	1.069.775,20
Credores Diversos – País (d)	198.577,69	-	198.577,69	162.936,96	-	162.936,96
TOTAL	5.881.450,08	-	5.881.450,08	4.913.923,58	-	4.913.923,58

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	623.864,99	-	623.864,99	533.964,40	-	533.964,40
Gratificações e Participações a Pagar (a.2)	111.848,35	-	111.848,35	104.971,43	-	104.971,43
Cotas de Capital a Pagar (a.3)	1.107.904,22	-	1.107.904,22	923.786,39	-	923.786,39
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.4)	1.576.568,88	-	1.576.568,88	1.652.716,97	-	1.652.716,97
TOTAL	3.420.186,44	-	3.420.186,44	3.215.439,19	-	3.215.439,19

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

a.2) As gratificações, segundo o artigo 457 da CLT, compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953) (Vide Lei nº 13.419, de 2017);

(a.3) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.4) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	879.183,78	-	879.183,78	774.092,75	-	774.092,75
Custos de Transações Interfinanceiras	13.847,27	-	13.847,27	19.181,55	-	19.181,55
Seguro Prestamista	123.960,74	-	123.960,74	111.014,15	-	111.014,15
Despesas com Cartões	84.148,64	-	84.148,64	24.017,27	-	24.017,27
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	68.735,87	-	68.735,87	-	-	-
Segurança e Vigilância	-	-	-	1.033,22	-	1.033,22
Manutenção e Conservação de Bens	10.676,78	-	10.676,78	7.808,00	-	7.808,00
Transporte	9.236,86	-	9.236,86	10.402,81	-	10.402,81
Seguro	4.998,51	-	4.998,51	15.800,20	-	15.800,20
Compensação	145.229,26	-	145.229,26	9.777,02	-	9.777,02
Aluguéis	28.602,12	-	28.602,12	23.475,39	-	23.475,39
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	208.873,08	-	208.873,08	73.172,84	-	73.172,84
TOTAL	1.577.492,91	-	1.577.492,91	1.069.775,20	-	1.069.775,20

(d) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	2.799,01	-	2.799,01	5.627,59	-	5.627,59
Valores a Repassar à Cooperativa Central	30.744,29	-	30.744,29	26.670,52	-	26.670,52
Saldos Credores - Encerramento C/C	17.511,39	-	17.511,39	17.511,39	-	17.511,39
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	41.850,25	-	41.850,25	48.385,12	-	48.385,12
Diferença de Caixa	2.099,70	-	2.099,70	7.254,25	-	7.254,25
Créditos de Terceiros	1.315,48	-	1.315,48	-	-	-
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	130,81	-	130,81	-	-	-
Pendências a Regularizar	29.904,65	-	29.904,65	16.317,66	-	16.317,66
Proagro a Repassar	-	-	-	1.800,56	-	1.800,56
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	58.784,13	-	58.784,13	28.559,59	-	28.559,59
Outros Credores Diversos - País	13.437,98	-	13.437,98	10.810,28	-	10.810,28
TOTAL	198.577,69	-	198.577,69	162.936,96	-	162.936,96

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	13.176.388,94	11.599.029,54
Quantidade de Cooperados	11.476	10.570

b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2023 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 199.391,06. Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2023** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2022** 100% para Conta Capital, no valor de R\$ 1.290.450,22.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras do exercício	10.103.597,85	8.190.205,46
(-) Lucro de corrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(98.112,01)	(216.607,69)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	641.039,57	261.976,07
(-) Destinação Estatutária - Fundo de Reserva (a)	(1.310.936,06)	(1.783.322,76)
Base de cálculo das destinações	9.335.589,35	6.452.251,08
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (b)	(7.001.692,01)	(4.839.188,31)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (c)	(466.779,47)	(322.612,55)
Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral	1.867.117,87	1.290.450,22

a) Conforme estatuto social da cooperativa, poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável. Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) esse montante foi adicionado a destinação estatutária obrigatória para o Fundo de Reserva, e está apresentado na linha "Destinações das Sobras do Período – Fundo de Reserva".

b) 75% para o Fundo de Reserva, sobre as sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre as sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	R\$ 2.318.413,41	R\$ 2.109.307,65
Despesas específicas de atos não cooperativos	(R\$ 460.142,35)	(R\$ 352.358,84)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(R\$ 766.576,37)	(R\$ 704.114,23)
Resultado operacional	R\$ 1.091.694,69	R\$ 1.052.834,58
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	R\$ 8.375,13	R\$ 22.053,71
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	R\$ 1.100.069,82	R\$ 1.074.888,29
IRPJ/CSLL	(R\$ 446.313,68)	(R\$ 428.585,26)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e 145/16	(R\$ 555.644,14)	(R\$ 429.695,34)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	R\$ 98.112,01	R\$ 216.607,69

a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	183.788,33	341.017,85	267.130,70
Rendas de Empréstimos	6.977.151,20	13.882.037,46	11.409.810,18
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	980.400,88	1.779.680,36	1.136.975,11
Rendas de Financiamentos	1.393.315,58	2.833.087,76	2.452.197,36
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	610.423,18	1.004.614,54	366.520,34
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	312.758,34	616.623,84	659.842,03
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	152.702,55	285.581,73	136.504,00
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	-	202,58	337,45
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	555.465,23	1.596.366,20	4.447.677,05
TOTAL	11.166.005,29	22.339.212,32	20.876.994,22

22. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(6.379.095,30)	(12.017.475,05)	(7.768.313,37)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(868.962,84)	(1.546.028,66)	(960.952,55)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(769.120,29)	(3.338.525,41)	(5.075.851,39)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	2.880.601,12	4.673.968,20	4.166.002,65
Reversões de Provisões para Outros Créditos	86.353,35	134.195,28	71.789,84
Provisões para Operações de Crédito	(3.338.922,07)	(7.444.487,84)	(8.743.016,55)
Provisões para Outros Créditos	(397.152,69)	(702.201,05)	(570.627,33)
TOTAL	(8.017.178,43)	(16.902.029,12)	(13.805.117,31)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	237.727,63	485.031,55	559.891,25
Rendas por Serviços de Pagamento(a)	1.036.237,65	1.437.664,37	-
Rendas de Convênios	47.340,01	95.464,56	94.884,01
Rendas de Comissão	875.461,32	1.842.523,34	1.344.547,67
Rendas de Credenciamento	2.356,43	3.068,32	565,56
Rendas de Cartões(a)	112.805,37	310.033,84	483.574,08
Rendas de Outros Serviços	133.162,99	255.489,81	278.113,66
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento(a)	175.221,54	234.700,27	-
TOTAL	2.620.312,94	4.663.976,06	2.761.576,23

a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

24. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços-PF	829.165,69	1.559.490,43	1.313.673,38
Rendas de Serviços Prioritários-PF	159.984,27	316.851,51	461.265,38
Rendas de Serviços Diferenciados-PF	38.292,57	77.281,82	63.246,89
Rendas de Serviços Especiais-PF	11.326,16	11.473,04	-
Rendas de Tarifas Bancárias- PJ	839.293,83	1.589.665,93	1.350.494,20
TOTAL	1.878.062,52	3.554.762,73	3.188.679,85

25. Dispendios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(101.936,10)	(201.761,89)	(189.880,26)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(717.895,56)	(1.428.961,15)	(1.413.844,33)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(754.215,74)	(1.445.671,60)	(1.287.258,87)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(938.880,65)	(1.916.361,54)	(1.632.913,11)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.450.190,89)	(4.676.213,11)	(3.872.035,00)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(5.094,00)	(5.094,00)	(3,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(70.602,11)	(127.712,46)	(94.728,22)
TOTAL	(5.038.815,05)	(9.801.775,75)	(8.490.662,79)

26. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(18.356,28)	(29.398,18)	(22.004,39)
Despesas de Aluguéis	(203.102,29)	(377.563,99)	(299.745,13)
Despesas de Comunicações	(147.734,43)	(297.355,80)	(280.986,26)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(146.785,10)	(236.883,84)	(208.547,43)
Despesas de Material	(100.658,84)	(190.238,09)	(163.746,61)
Despesas de Processamento de Dados	(490.945,55)	(911.209,90)	(834.983,45)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(362.936,19)	(592.962,11)	(335.175,05)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(23.501,00)	(44.071,00)	(40.053,07)
Despesas de Seguros	(70.913,56)	(126.395,34)	(134.819,66)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(529.734,34)	(1.047.210,78)	(1.032.066,37)
Despesas de Serviços de Terceiros	(181.229,93)	(406.583,20)	(404.387,52)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(356.780,06)	(747.320,37)	(589.160,26)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(112.467,89)	(286.953,57)	(129.675,57)
Despesas de Transporte	(133.632,19)	(266.149,71)	(283.606,45)
Despesas de Viagem no País	(26.435,27)	(68.809,92)	(38.739,47)
Despesas de Depreciação/Amortização	(234.314,08)	(472.654,44)	(418.905,56)
Outras Despesas Administrativas(a)	(662.618,45)	(1.245.733,72)	(1.042.889,85)
TOTAL	(3.802.145,45)	(7.347.493,96)	(6.259.492,10)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Livros jornais e revistas	(1.316,96)	(1.366,46)	(2.321,00)
Emolumentos judiciais e cartórios	(57.735,35)	(130.011,02)	(124.129,03)
Copa/cozinha	(9.691,45)	(14.499,69)	(14.388,22)
Lanches e refeições	(59.643,86)	(113.710,67)	(135.272,16)
Uniformes e vestuários	(85.877,75)	(103.736,97)	(10.533,73)
Contribuição a OCE	(41.062,18)	(78.791,43)	(64.967,31)
Impostos e taxas	(653,96)	(11.781,68)	(31.074,35)
Medicamentos	(222,09)	(302,90)	(434,05)
Mensalidades diversas	(15.784,00)	(34.697,40)	(19.039,87)
Coordenadores de UAR	-	-	(5.489,53)
Rateio de despesas da Central	(186.132,34)	(361.603,89)	(304.496,79)
Microfilmagem de documentos	-	-	(303,06)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(68.131,92)	(133.938,90)	(120.882,18)
Contribuição confederativa	(8.847,42)	(9.651,73)	-
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(115.128,42)	(228.163,02)	(189.637,07)
Outras despesas indedutíveis	(517,11)	(2.367,21)	-
Outras despesas administrativas	(11.873,64)	(21.110,75)	(19.921,50)
TOTAL	(662.618,45)	(1.245.733,72)	(1.042.889,85)

27. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(26.727,82)	(48.995,82)	(35.149,61)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(49.125,64)	(105.066,87)	(92.012,91)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(41.753,93)	(92.736,52)	(84.372,30)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(6.785,01)	(15.069,68)	(13.710,49)
TOTAL	(124.392,40)	(261.868,89)	(225.245,31)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	40.437,90	238.809,66	266.376,44
Outras- Reversão de Provisões Operacionais	-	4.228,35	2.964,86
Dividendos	-	40.296,51	23.417,44
Distribuição de sobras da central	-	126.810,66	129.097,09
Atualização depósitos judiciais	19.192,79	40.215,69	43.701,59
Rendas de Repasses Interfinanceiros	-	1.791,59	2.310,66
Outras rendas operacionais	204,21	39.660,54	31.012,80
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	526.375,50	1.014.763,88	820.563,40
Juros ao Capital Recebidos da Central	752.742,83	752.742,83	622.321,12
TOTAL	1.338.953,23	2.259.319,71	1.941.765,40

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(67.567,55)	(74.810,66)	(36.840,78)
Despesas de Recursos do PROAGRO	(1,86)	(1,86)	(0,58)
Outras Despesas Operacionais	(141.759,84)	(268.628,27)	(307.018,86)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(796.898,85)	(1.120.274,71)	-
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(212.088,67)	(409.846,31)	(460.022,55)
Outras Contribuições Diversas	(98.437,57)	(153.691,88)	(81.277,45)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(4.722,09)	(10.483,41)	(40.050,61)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(41.827,66)	(41.827,66)	-
Perdas - Práticas Inadequadas	-	(269,99)	(27.654,32)

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(450,00)	(910,00)	-
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(241.458,04)	(652.461,36)	(261.976,07)
TOTAL	(1.605.212,13)	(2.733.206,11)	(1.214.841,22)

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 23(a).

30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	(8.043,61)	404.430,98	(46.274,12)
Provisões para Demandas Trabalhistas	(15.000,00)	(15.000,00)	-
Provisões para Contingências	(15.382,08)	(200.150,07)	(46.274,12)
Reversões de Provisões para Contingências	22.338,47	619.581,05	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(74.245,17)	(86.631,88)	(35.008,21)
Provisões para Garantias Prestadas	(292.501,58)	(524.653,78)	(435.101,01)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	218.256,41	438.021,90	400.092,80
TOTAL	(82.288,78)	317.799,10	(81.282,33)

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	11.825,00	6.252,21
Ganhos de Capital	17.966,48	33.896,14	17.447,05
Rendas de Aluguéis	-	-	4.050,00
Outras Rendas Não Operacionais	-	-	14,22
(-) Perdas de Capital	(5.888,24)	(21.703,87)	(907,31)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(15.642,14)	(15.642,14)	(4.802,46)
TOTAL	(3.563,90)	8.375,13	22.053,71

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

33. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

33.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.991.810,26	2,4145%	15.284,66
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	8.053.697,86	6,4997%	76.276,89
TOTAL	11.045.508,12	8,9142%	91.561,55
Montante das Operações Passivas	2.340.415,96	3,4478%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023	
Empréstimos e Financiamentos	0,3505%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	7,2522%
Crédito Rural (modalidades)	1,3288%
Aplicações Financeiras	2,3531%

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	121.522,46	676,54	8,9722%
Conta Garantida	5.263,51	26,54	0,5340%
Financiamentos Rurais	3.605.830,71	19.066,48	15,2971%
Empréstimos	975.239,24	7.564,00	1,8764%
Financiamentos	129.694,38	648,47	0,8847%
Direitos Creditórios Descontados	759.892,84	6.383,98	7,8320%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	556.697,43	0,9853%	-
Depósitos a Prazo	7.417.299,85	7,9016%	0,9122%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	175.147,49	0,9156%	0,7858%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,5757%	1,9433
Empréstimos	1,4488%	39,9844
Financiamentos	1,1567%	44,7556
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	94,9966%	151,9597
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,7737%	23,1417

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	10.511,41
Crédito Rural	4.739.491,23
Direitos Creditórios Descontados	757.269,63
Empréstimos	898.588,53
Financiamentos	138.747,09

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	208.767,79	157.003,36

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(147.325,22)	(323.881,16)	(295.115,66)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(703.709,16)	(1.400.161,75)	(1.378.601,93)
F.G.T.S. Diretoria	(27.255,66)	(66.730,56)	(57.572,16)
Plano de Saúde	(14.186,40)	(28.799,40)	(35.242,40)

33.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDIVAG, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIVAG responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	146.805.344,68	103.008.771,71
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 5	6.587.299,08	5.688.133,35
Total das Operações Ativas	153.392.643,76	108.696.905,06

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4(a)	7.908.217,99	15.133.033,45	10.438.326,77
Total das Receitas	7.908.217,99	15.133.033,45	10.438.326,77
Rateio de Despesas da Central – Nota 26(a)	(186.132,34)	(361.603,89)	(304.496,79)
Total das Despesas	(186.132,34)	(361.603,89)	(304.496,79)

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	48.115.826,82	38.043.825,94
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	125.090.187,09	106.302.524,69
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	35,81	35,79
Imobilizado para cálculo do limite	5.675.571,07	4.199.302,19
Índice de imobilização (limite 50%) %	11,80	11,04

35. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(111.162,18)	(209.137,05)	(175.255,96)
Assistência médica	(103.124,01)	(199.968,29)	(225.459,09)
Alimentação do trabalhador	(485.256,90)	(930.266,49)	(769.727,25)
Vale transporte	(476,00)	(476,00)	-
Seguros	(23.821,25)	(46.290,60)	(38.877,64)
Auxílio creche/babá	(23.407,87)	(46.416,97)	(32.967,91)
Assistência odontológica	(6.932,53)	(13.051,20)	(15.011,65)
Outras despesas de pessoal benefícios	(35,00)	(65,00)	(29.959,37)
TOTAL	(754.215,74)	(1.445.671,60)	(1.287.258,87)

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a

necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço

de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Janaúba/MG, 28 de fevereiro de 2024

Armando Ferreira Lima Nascimento
Diretor Administrativo

Cristiane Souza Silveira
Diretora de Negócios

Rubens Miguel Pereira
CONTADOR – CRC/MG-091.404/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO GORUTUBA LTDA SICOOB CREDIVAG

O Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO GORUTUBA LTDA. – SICOOB CREDIVAG**, no exercício de suas atividades legais e estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023, e demais demonstrações financeiras, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.

A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre as mesmas e considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações financeiras mais representativas adotadas pela Administração.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO GORUTUBA LTDA. – SICOOB CREDIVAG**, em 31 de dezembro de 2023.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Janaúba/MG, 28 de fevereiro de 2024.

Adilson Pessoa Lopes
Conselheiro Fiscal

Maria Elce Soares da Silveira
Secretária do Conselho Fiscal

Geraldo Eustáquio Vieira
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Gorutuba Ltda. – Sicoob Credivag
CNPJ: 25.404.542/0001-50
Janaúba – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de livre Admissão do Vale do Gorutuba Ltda – SICOOB CREDIVAG, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIVAG em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os even-

tos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

© Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC

Belo Horizonte/MG, 11 de março de 2024.



Alexandre Gomes Ribeiro de Faria
Contador CRC 78.210/O

PARA O PRÓXIMO ANO

O Sicoob Credivag desempenha um papel fundamental na região, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços financeiros que atende as necessidades dos cooperados e impulsionam o desenvolvimento econômico local. Sua presença é uma fonte de estabilidade e confiança em um cenário financeiro muitas vezes volátil, fornecendo soluções acessíveis e personalizadas aos cooperados, suas empresas e seus negócios. Ao longo dos anos, o Sicoob Credivag tem se dedicado incansavelmente ao cumprimento dos seus objetivos institucionais, pautados pelo Propósito: **“Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade”** e assim; proporcionar a melhor experiência financeira aos seus cooperados. À medida que mais pessoas e empresas optam por se tornarem parte dessa cooperativa financeira, elas se beneficiam de uma série de benefícios, incluindo taxas mais competitivas, atendimento personalizado e uma voz ativa nas decisões que afetam

suas finanças, assim a importância do crescimento de seus cooperados. Ressaltamos nosso compromisso com a transparência e responsabilidade financeira de uma gestão séria, ética que nos permite manter uma base sólida para o crescimento sustentável no longo prazo e atende a todas as exigências regulatórias e prudenciais estabelecidas pelos órgãos competentes. Em suma, a nossa solidez é refletida por diversos indicadores de estrutura de capital e liquidez, tais como: Basileia, liquidez e patrimônio. O Planejamento Estratégico é realizado com as diretrizes estratégicas orientadas pelo Conselho e executadas pela Diretoria Executiva, cujo um dos objetivos é o crescimento da instituição no mercado, mas sobretudo fortalecer os laços com os cooperados, garantindo uma melhor experiência financeira junto a instituição. Em um mundo em constante mudança, o Sicoob Credivag é uma âncora de estabilidade e progresso. Sua visão centrada nas pessoas e compromisso com os princípios cooperativistas são os alicerces de seu sucesso contínuo. Ao olharmos para o futuro, podemos ter certeza de que o Sicoob Credivag continuará a ser um parceiro confiável e um catalisador de prosperidade para todos os que fazem parte desta comunidade.



*O que a força da
cooperação faz.*

Diretoria Executiva



NOSSAS SOLUÇÕES

Todos os cooperados têm acesso a uma verdadeira assessoria financeira personalizada, com a oferta de produtos e serviços completos, que permitem equilibrar o orçamento para realização de projetos – sem comprometer a saúde financeira das famílias ou profissional, possibilitando planejar, empreender e manter negócios de pequeno, médio e grandes portes. Nossas soluções financeiras, como linhas de crédito e opções de investimentos, passam por frequentes atualizações de suas diretrizes, para estarem alinhadas com a realidade do mercado e as legislações vigentes.

CONSÓRCIO

Investindo um pouco por mês, você realiza grandes planos. Conquistar o imóvel dos seus sonhos, comprar aquele veículo incrível, fazer um curso no exterior ou até uma cirurgia plástica: tudo isso fica bem mais fácil quando você conta com um Consórcio do Sicoob. Escolha o plano que mais combina com as suas necessidades e adquira bens e serviços com praticidade, planejamento, segurança com isenção de juros e taxas reduzidas.



INVESTIMENTOS

O Sicoob Credivag tem opções de investimentos para cada perfil de investidor considerando três pilares: rentabilidade, segurança e liquidez. Procure sua cooperativa e veja qual modalidade é adequada com seu perfil e objetivo. Aqui você encontra opções como Poupança, Renda fixa, Renda variável e fundos de investimento.



CRÉDITO

Seja qual for a sua necessidade, aqui você encontra a solução. São opções de Financiamento, Crédito Automático, Crédito Consignado Digital, Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário e muito mais, com excelentes taxas e um atendimento único. Compre seu carro, faça uma viagem, antecipe seu 13º e o que mais desejar.



COBRANÇA BANCÁRIA

Fechar bons negócios exige muita dedicação e ótimas parcerias. Por isso, direcione seus esforços ao que você faz de melhor e deixe o recebimento nas mãos de quem tem anos de experiência no assunto: o Sicoob. Com a Cobrança Bancária, que funciona por meio de boleto bancário, sua empresa tem uma preocupação a menos no dia a dia e pode faturar muito mais.



SIPAG 2.0

A Sipag é a melhor solução de recebimento para estabelecimentos comerciais de todos os segmentos e também para profissionais liberais e de prestação de serviços. Tenha sempre em mãos a maquininha Sipag e faça bons negócios com segurança e praticidade. Para facilitar o seu dia a dia, a Sipag oferece diversos serviços em diferentes canais para que suas vendas aumentem cada vez mais



PREVIDÊNCIA

Faça um plano no presente pensando no futuro. Para ajudar você a planejar e garantir seu padrão de vida no futuro, o Sicoob Credivag oferece ao cooperado plano de previdência complementar vinculado à Fundação Sicoob Previ e um plano VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres). Investir agora para garantir tranquilidade no futuro.



Quem tem Sicoobcard aproveita o programa de fidelidade Coopera.

É comprar, acumular pontos e trocar pelos mais variados produtos.



EXPÔ JANAÚBA 2023

Durante os dias 01 a 11 de junho de 2023, o Sicoob Credivag marcou presença na 40ª Expô Janaúba, uma renomada feira de tecnologia e negócios direcionada a empreendedores rurais de diversos portes e segmentos. Com um firme compromisso em promover o desenvolvimento sustentável do campo através da cooperação, nossa participação na feira foi cuidadosamente planejada para oferecer uma ampla gama de produtos e serviços que atendessem às necessidades específicas dos cooperados e dos demais participantes do evento.

Uma das principais iniciativas durante a Expô Janaúba foi a apresentação de diferentes linhas de crédito com taxas exclusivas, elaboradas especialmente para os empreendedores e produtores rurais. Essas linhas de crédito foram concebidas com o objetivo de fornecer o suporte financeiro necessário para impulsionar o crescimento e a expansão dos negócios no campo. Nossa equipe esteve presente durante todo o evento para fornecer orientação especializada e personalizada, auxiliando os participantes na escolha da melhor opção de crédito de acordo com suas necessidades e objetivos.



Presidente do Sindicato Rural de Janaúba – Huarrisson Antunes Cangussú

Além das linhas de crédito, também destacamos durante a feira outros produtos e serviços oferecidos pelo Sicoob Credivag, incluindo soluções de investimento, seguros agrícolas e serviços de pagamento eletrônico. Nosso objetivo era fornecer uma oferta abrangente que atendesse a todas as necessidades financeiras dos empreendedores rurais, permitindo-lhes concentrar-se no crescimento de seus negócios com tranquilidade e segurança.

Um dos pontos de destaque da nossa participação na Expô Janaúba foi a disponibilização do produto Sipag em diversos pontos de comercialização dentro do evento. O Sipag é uma solução de pagamento eletrônico que oferece praticidade e segurança nas transações comerciais, contribuindo para facilitar as operações financeiras dos expositores e visitantes da feira. Essa iniciativa não apenas demonstrou o nosso compromisso em promover a inovação e a tecnologia no campo, mas também contribuiu para fortalecer a economia local ao estimular o comércio e o consumo durante o evento.



INDICADORES SOCIAIS



“Os empreendedores e produtores rurais podem contar com a determinação e o trabalho árduo do Sicoob Credivag, para transformar desafios em oportunidades.”

Além das oportunidades de negócios, também investimos em ações de marketing e relacionamento durante a Expô Janaúba. Distribuímos brindes exclusivos, promovemos sorteios e realizamos atividades interativas para engajar o público e fortalecer a imagem da nossa cooperativa. Essas iniciativas foram fundamentais para fortalecer os laços com os cooperados e demais visitantes, além de atrair novos cooperados e parceiros de negócios.

Nossa participação na 40ª Expô Janaúba foi marcada pelo compromisso em oferecer soluções financeiras inovadoras, suporte consultivo personalizado e uma experiência diferenciada aos empreendedores e produtores rurais. Estamos orgulhosos de fazer parte desse evento e contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade agrícola local.





AVENTURAS FINANCEIRAS

Ensinando Educação Financeira de Forma Divertida nas Escolas

O projeto "Contação de Histórias" é uma iniciativa emocionante que visa promover a educação financeira nas escolas, utilizando as histórias da coleção Financinhas do Instituto Sicoob para transmitir a mensagem crucial de começar a poupar e investir desde cedo. Nossa equipe de voluntários transformadores se dedica a contar essas histórias de forma lúdica e envolvente, cativando os alunos e incentivando-os a pensar de forma consciente sobre suas finanças.

Ao trazer esses conceitos financeiros para o contexto das crianças de uma forma acessível e divertida, o projeto busca estabelecer uma base sólida para o entendimento financeiro desde a infância. Acreditamos que ao desenvolver habilidades financeiras desde cedo, estamos capacitando as futuras gerações a tomarem decisões financeiras responsáveis e a alcançarem seus objetivos e sonhos de forma mais eficaz.

Além de contar histórias, o projeto também inclui atividades interativas e discussões em sala de aula, permitindo que os alunos explorem os conceitos financeiros de maneira prática e aplicada à sua realidade.

Ao promover uma abordagem prática e participativa, buscamos garantir que os alunos não apenas compreendam os princípios básicos de finanças pessoais, mas também desenvolvam habilidades práticas que os ajudarão ao longo de suas vidas.

Nosso objetivo final é criar uma geração consciente e preparada para enfrentar os desafios econômicos futuros, capacitando os alunos com o conhecimento e as habilidades necessárias para gerir suas finanças com responsabilidade e alcançar seus objetivos financeiros. Através do projeto "Contação de Histórias", estamos construindo um futuro financeiramente saudável e próspero para as próximas gerações.

Promover o cooperativismo e a educação financeira desde a infância é construir um futuro sólido e colaborativo. A responsabilidade social tem o poder de disseminar o cooperativismo.



Projeto Criança no Parque: Contação de histórias que plantam a semente da Educação Financeira e Cooperação

INDICADORES SOCIAIS

Programa de Desenvolvimento Sustentável em Porteirinha- MG



Realizado em Porteirinha no dia 14 de março de 2024 o Workshop: O Mercado de Queijos Artesanais no Brasil por Falco Bonfadini. Nesse encontro, promovido com maestria através de uma parceria estratégica entre o Sicoob Credivag e o Sistema Ocemg, como parte integrante do programa de desenvolvimento sustentável local da Aproqueijo – Associação dos Produtores de Queijo da Microrregião da Serra Gera, os participantes tiveram a oportunidade não apenas de adquirir conhecimento, mas também de dialogar e receber orientações personalizadas. Assim, além de enriquecerem suas mentes com insights valiosos sobre o mercado de queijos artesanais, os participantes também tiveram a chance de fortalecer laços e criar novas oportunidades de negócio, sendo um momento de conexão, aprendizado e inspiração para todos os envolvidos.



Semana Internacional do Café em Belo Horizonte- MG

Nos dias 8 e 9 de novembro de 2023, o Sicoob Credivag, em parceria com a prefeitura de Serranópolis de Minas e o Sebrae, marcou presença na Semana Internacional do Café (SIC). Durante o evento na Expo Minas, em Belo Horizonte, nossa equipe se dedicou a apoiar e incentivar o agronegócio regional. Os produtores rurais da caravana participaram de palestras, interagiram com compradores e tiveram seus grãos submetidos a análises técnicas de qualidade. Os colaboradores esteve disponível para fornecer informações sobre modalidades de crédito adequadas às necessidades individuais dos agricultores, visando orgulha-se de contribuir para o fortalecer o setor na região.



“A prosperidade cresce quando semeamos cooperação, colhemos inovação e regamos o solo com confiança mútua.”

An advertisement for Sicoob insurance services. It features a smiling woman on the left. The text 'SEGUROS do SICOOB.' is prominently displayed in the center. To the right, it lists various insurance types: 'Sua tranquilidade vale muito e custa pouco.' followed by 'Seguro Vida • Seguro Auto • Seguro Residencial • Seguro Empresarial • Seguro Rural'. At the bottom right, it says 'Juntos conquistamos mais.'

INDICADORES SOCIAIS

Outubro Rosa/ Novembro Azul



Sicoob Credivag promove encontro dedicado à conscientização do câncer de mama com foco nas mulheres. Com o intuito de aprimorar o conhecimento das cooperadas, o evento contemplou cada localidade com a participação de renomadas profissionais da área da saúde. O evento foi marcado por relatos emocionantes, palestras esclarecedoras, sessões para sanar dúvidas e momentos de descontração, promovendo uma experiência enriquecedora e motivadora para todas as participantes.

No encontro Novembro Azul o presidente Júlio César, em seu discurso de abertura, destacou a importância do apoio do Sicoob Credivag na vida financeira e na saúde do cooperado. Além disso, celebramos intensamente os 35 anos de atuação sólida e robusta no Norte de Minas como cooperativa de crédito. A palestra do Dr. José Ricardo abordou a conscientização sobre o câncer de próstata, proporcionando um momento esclarecedor de dúvidas.



CONCURSO CULTURAL



O Concurso Cultural promovido pelo Sicoob Credivag foi uma experiência emocionante que marcou um momento especial para a comunidade. A premiação dos vencedores aconteceu na cidade de Janaúba e Verdelândia, reunindo participantes, familiares e equipe organizadora em uma celebração memorável. Ao longo do concurso, os alunos do Ensino Fundamental demonstraram seu talento e criatividade, representando escolas da rede pública e particular. As categorias contempladas foram: Desenho, Tira em quadrinhos, Poema e Crônica/texto narrativo. A diversidade de expressões artísticas refletiu a riqueza do potencial educacional da região.

A iniciativa do Sicoob Credivag reforça seu compromisso com a educação, evidenciando o papel crucial que as instituições financeiras cooperativas desempenham na comunidade. Além de incentivar a criatividade e o talento dos alunos, o concurso promoveu valores fundamentais do cooperativismo, como a colaboração e o compartilhamento. Ao parabenizar todos os participantes e vencedores, reconhecemos suas contribuições notáveis para a construção de um futuro melhor. Cada obra submetida representou não apenas um esforço individual, mas também um elo entre educação e comunidade, fortalecendo os laços que sustentam o desenvolvimento local.

O Sicoob Credivag orgulha-se de fazer parte desse processo, investindo no potencial das gerações futuras e promovendo uma cultura de aprendizado e cooperação.

Que o legado desse concurso inspire novas iniciativas e continue a impactar positivamente a vida dos estudantes e da comunidade em geral. Juntos, estamos construindo um futuro promissor, baseado no conhecimento, na criatividade e na solidariedade.



Você já ouviu falar no “Dia C” ou “Dia de Cooperar”? O objetivo do Dia C é a celebração de ações de responsabilidade social, colocando em prática os valores e princípios cooperativistas. Desde que foi lançado, o Sicoob Credivag participou de todas as edições. Neste ano, o Sicoob Credivag em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaíba realizaram importantes melhorias na infraestrutura do CMEI – Jaqueline Nogueira da Silva, localizado no Projeto Jaíba. O projeto contou também com o apoio de moradores e comerciantes locais que com a união de esforços foi possível realizar a construção do muro no entorno do CMEI e a concretagem na área externa, trazendo mais conforto e segurança para as crianças.

Estiveram presentes no evento o Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credivag – Júlio César Aguiar Diniz, o Prefeito Municipal de Jaíba – Reginaldo Silva, moradores da comunidade, associados, colaboradores e parceiros.

O Sicoob Credivag, em comemoração ao Dia C, realizou melhorias na infraestrutura do Asilo São Vicente de Paula em Janaúba-MG, fortalecendo o senso de pertencimento pela comunidade e promovendo o bem-estar dos idosos.

Compromisso pela Comunidade



O Sicoob Credivag prestigiou a entrega da nova frota de veículos do Distrito de Irrigação de Jaíba que foram financiados pela Cooperativa. O financiamento de veículos oferece taxas atrativas e excelentes condições de pagamento, tornando possível acelerar seus sonhos. Ao DIJ, deixamos registrado o nosso agradecimento pela parceria e esperamos poder prosperar ainda mais juntos.



Unidos pelo compromisso com a comunidade! Recebemos com alegria no Sicoob Credivag, a Sr^a Rose, representante do Projeto Dom Mauro, enquanto reafirmamos nosso compromisso duradouro com a comunidade.

META ANUAL

PRODUTO	ANUAL	
	META	
CONSIGNADO	R\$ 6.165.000	VOLUME OPERAÇÕES
CRÉDITO DIGITAL	1.650	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES LIBERADAS
CONSÓRCIO	R\$ 18.520.000	VALOR CARTA DE CRÉDITO
CÂMBIO	US\$ 350.000	VALOR CARTA DE CRÉDITO
PREVIDÊNCIA	92	QUANTIDADE
SICOOBCARD	R\$ 76.760.200	COMPRAS
COOPCERTO	R\$ 1.521.452	RECARGA
COBRANÇA BANCÁRIA	R\$ 281.999.229	LIQUIDAÇÃO
SIPAG	R\$ 88.061.770	FATURAMENTO
SEGUROS GERAIS	R\$ 1.049.086	PRÊMIO
SEGUROS VIDA VENDA NOVA	R\$ 27.834	PRÊMIO MENSAL

QUADRO DE ASSOCIADOS	2.500 NOVOS COOPERADOS
CAPTAÇÃO	
DEPOSITOS A VISTA	67.000.000,00
DEPOSITOS A PRAZO	150.000.000,00
POUPANÇA (CNV)	42.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
RECURSOS PRÓPRIOS	108.000.000,00
REPASSES E COOBRIGAÇÕES	29.000.000,00
ESTRUTURA PATRIMONIAL	
PATRIMÔNIO LIQUIDO	63.000.000,00
RESULTADO EXERCÍCIO	9.100.000,00

Profissionalização permanente de dirigentes, fiscais e colaboradores através de programas de formação profissional próprio, do Sistema Crediminas, Sicoob e Ocemg.

Consolidar a visibilidade da Cooperativa, seus produtos e serviços na área de atuação.

Atualizações e melhorias do parque tecnológico, visando a qualidade do atendimento, a eficiência dos processos e melhoria da comunicação.

Intensificação de parcerias que visem otimizar a rede de benefícios aos cooperados.

Melhoria permanente da relação da cooperativa com os cooperados e respectivas comunidades.



0800 105 3000

www.sicoobcredivag.com.br



/sicoobcredivag



/sicoobcredivag